



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639145 - SP (2021/0004838-3)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANDRE GOMES DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ÍCARO BATISTA NUNES - SP364125  
ANDRÉ GOMES DA SILVA - SP416592  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : OTAVIO HUMBERTO GAMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OTÁVIO HUMBERTO GAMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0000035-72.2017.8.26.0548).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 8 meses e 6 dias de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal.

O impetrante sustenta que "o Magistrado se utilizou, por três vezes, de elementos constitutivos do tipo penal do roubo para exasperar a pena-base do apelante, razão pela qual o afastamento do referido aumento e consequente fixação da pena-base no mínimo legal é medida de rigor *in casu* (fls. 6/7). Além disso, aduz que "se há dúvida quanto a tratar-se de arma real ou de brinquedo, sendo impossível de ser sanada a olho nu (porque depende de exames periciais não realizados), não resta alternativa senão o reconhecimento da tese mais favorável ao Paciente, em atendimento ao princípio do favor rei" (fl. 8). Argumenta, ainda, que não há motivação idônea para a imposição do regime mais gravoso.

Requer, em liminar, a suspensão do cumprimento do mandado de prisão ou a manutenção do regime semiaberto até julgamento final do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que "sejam reconhecidas as nulidades do v. acórdão nos capítulos relativos à dosimetria da pena (primeira e terceira etapa) e à fixação do regime inicial de cumprimento de pena, em razão do déficit de fundamentação (error in procedendo), para que nova decisão seja proferida em respeito aos critérios legais e constitucionais para sua fixação" (fls. 11-12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente